

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: O Popular (Go)

Class.: _____

Data: 17-07-85

Pg.: _____

4468 Conselho Indígena quer mover processo

O Conselho Indígena do Norte de Goiás anunciou, ontem, seu propósito de processar o Estado de Goiás pelos incidentes do mês passado em Tocantinópolis, onde a polícia local matou um índio Apinajé e feriu gravemente outros três, à porta da delegacia. Essa decisão foi comunicada à imprensa por uma comissão da entidade que esteve em Goiânia, para pedir ao governador Iris Rezende e ao secretário de Segurança Pública, Frederico Jayme Filho, urgência e rigor na apuração das violências policiais contra os índios.

Pouco antes de retornar a Araguaína, ontem pela manhã, Valdomiro Krahô afirmou, em nome do Conselho Indígena, que um advogado de São Paulo virá a Goiânia nos próximos dias especialmente para encaminhar à Justiça a primeira petição contra o Estado. Os índios vão mover primeiro ação declaratória com vistas a caracterizar a culpabilidade do Estado e, com base nisso, exigir, também judicialmente, indenização às famílias das vítimas. Segundo Valdomiro Krahô, além do índio morto — Valdemar Apinajé — pelo menos um dos três que foram

baleados ficará incapaz para o trabalho em função dos ferimentos.

Em Goiânia, a Comissão recebeu garantias tanto do Governador quanto do Secretário de Segurança que os incidentes entre os índios e a polícia de Tocantinópolis, serão apurados com imparcialidade. Os índios indagaram do Secretário de Segurança, porém, porque ainda mantinha em Tocantinópolis os policiais envolvidos no episódio, especialmente o delegado Sebastião de Moraes Lima, a quem acusam como o "principal responsável pelo massacre". Frederico Jayme Filho informou aos índios que já designou um delegado especial para presidir o inquérito.

Os índios estranharam, porém, que o delegado de Tocantinópolis só seja removido após as investigações, enquanto o delegado regional, Domingos Teixeira de Jesus, que procurava esclarecer o incidente, foi afastado do cargo. O Secretário de Segurança explicou: que o delegado regional fora retirado da área exatamente "por omissão, pois como superior deveria ter imediatamente instaurado, ele próprio, o inquérito".